

Informe FUP

07.10.2009

Conselho Deliberativo da FUP rejeita proposta apresentada pela Petrobrás e reafirma que com punição, não tem acordo

O Conselho Deliberativo da FUP reuniu-se em Brasília, nesta segunda, 05, e terça-feira, 06, para avaliar e definir encaminhamentos em relação às campanhas, tanto a reivindicatória, como a do “*O petróleo tem que ser nosso*”. Representantes dos 12 sindicatos filiados, assim como as oposições sindicais reconhecidas pela FUP, rejeitaram a proposta de acordo coletivo apresentada pela Petrobrás e deliberaram pela retomada da negociação com a empresa, simultaneamente à realização de mobilizações. No dia 17, as paralisações serão realizadas nos turnos, em função do feriado nacional do dia 12, dando continuidade à luta da categoria pelo pagamento dos feriados trabalhados (dobradinha).

O Conselho Deliberativo também reafirmou que a FUP continue priorizando a luta pelo controle estatal e social do petróleo, paralelamente à campanha reivindicatória, como foi aprovado na I PlenaFUP e referendado pela categoria nas assembléias. Outro debate feito pelas representações sindicais foi a forma de organização e realização das próximas greves dos petroleiros.

Os dirigentes da FUP e dos sindicatos permanecerão em Brasília, intensificando a atuação no Congresso Nacional para convencer os parlamentares sobre a importância das propostas dos movimentos sociais em defesa do controle estatal e social do petróleo, expressas no Projeto de Lei 5891/2009, que foi apensado ao projeto do governo para o novo modelo de exploração do pré-sal.

Deliberações sobre a Campanha reivindicatória:

O Conselho Deliberativo da FUP reafirmou que a reversão das punições decorrentes da greve de março é questão de honra para os trabalhadores e ponto condicionante para a assinatura do acordo coletivo. Além de não propor nada em relação a esta questão, a Petrobrás também não atende a maioria das reivindicações da categoria, como o restabelecimento do extraturno (dobradinha) e avanços em relação às políticas de SMS e de terceirização, no sentido de acabar com a precarização do trabalho. Veja abaixo as principais deliberações:

- Rejeição da proposta apresentada pela Petrobrás;
- Retomar o processo de negociação;
- Intensificar as mobilizações;
- Paralisações durante as negociações, com datas a serem definidas pela direção da FUP;
- Seminários locais para construção uma greve nacional, conforme modelo deliberado no Seminário Nacional de Qualificação de Greve;
- Paralisações dia 17 nos turnos, intensificando as mobilizações pelo restabelecimento do pagamento dos feriados trabalhados (dobradinha)

Deliberações sobre a campanha *O petróleo tem que ser nosso*:

- A luta pelo controle estatal e social do petróleo deve continuar sendo priorizada, paralelamente à campanha reivindicatória;
- Os sindicatos enviarão representantes à Brasília, todas as semanas, para somarem-se aos dirigentes da FUP, que estão permanentemente na capital federal, defendendo a proposta dos movimentos sociais;

- Os sindicatos devem intensificar a busca de apoio de parlamentares ao PL 5891/2009, tanto em Brasília, quanto nos estados do país;
- Reafirmar o PL 5891/2009 como a proposta defendida para a nova lei do petróleo e buscar avanços nos projetos do Executivo;

FUP participa da Jornada Mundial de Luta pelo Trabalho Decente

“Petróleo para garantir desenvolvimento, soberania e distribuição de renda”. Essa é uma das bandeiras que a CUT defende nas mobilizações desta quarta-feira, 07, na Jornada Mundial de Luta pelo Trabalho Decente. A jornada está sendo realizada em várias partes do planeta, convocada pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pela Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA).

As atividades da CUT estão concentradas no Congresso Nacional, com participação da FUP e de seus sindicatos, além das demais categorias que integram a Central. O objetivo é reforçar para os parlamentares os projetos defendidos para a nova lei do petróleo (PL 5891/2009), redução da jornada de trabalho sem redução de salários (PEC 231/95), contra o trabalho escravo (PEC 438/01), a regulamentação dos direitos e condições de trabalho dos terceirizados (PL 1621/07), a atualização dos índices de produtividade da terra, entre outras propostas contra a precarização do trabalho e que apontem para a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Audiência pública no Senado discutirá o PL 5891/09 e a educação

A FUP e seus sindicatos participam nesta quinta-feira, 08, de uma nova audiência pública no Senado Federal para debater o Projeto de Lei dos movimentos sociais de controle público e social do petróleo e gás natural. O debate será realizado às 10 horas, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde a proposta dos trabalhadores está sendo discutida pelos senadores, desde setembro. O tema da audiência pública será “O pré-sal e a educação”. A FUP e outras entidades da sociedade organizada debaterão propostas para a aplicação social dos recursos do petróleo. O PL 5891/2009 defende a participação integral do Estado no controle da Petrobrás e na exploração e produção de petróleo e gás, garantindo a destinação social desses recursos.

Direção Colegiada da FUP